

Resolução nº 158/VI/2006

de 9 de Janeiro

A Assembleia Nacional vota, nos termos da alínea *n*) do artigo 174º da Constituição, a seguinte Resolução:

Artigo 1º

É aprovado o Livro Branco sobre o estado do Ambiente, elaborado ao abrigo do nº 2 do artigo 50º da Lei nº 86/ IV/ 93, de 26 de Julho, que faz parte integrante do presente diploma.

Artigo 2º

A presente Resolução entra vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 6 de Dezembro de 2005.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Aristides Raimundo Lima*.

1 - Introdução

A Lei de Bases do Ambiente (Lei nº86/IV/93) estabelece, no seu artigo 50º ponto nº 2 a obrigatoriedade de elaboração de 3 em 3 anos do Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, ficando o Governo obrigado a apresentar à assembleia Nacional, de três em três anos, um livro branco sobre o estado do ambiente.

Em 2000 elaborou-se uma primeira versão do Livro Branco que, entretanto, não foi aprovado, nos termos da lei. Pretende-se com este documento responder a esse preceito legal. Trata-se de um documento que sintetiza o estado da gestão dos recursos naturais e do ambiente em Cabo Verde e analisa a forma como os agentes (sector público, privado, ONG's, sociedade civil) na sua interacção com o ambiente, vêm fazendo uso desses recursos.

Esta tarefa apresenta-se à partida facilitada, devido a todo o trabalho de recolha, sistematização e tratamento da informação, desenvolvido no processo de elaboração do Plano de Acção Nacional para o Ambiente - PANA II. De igual modo, a adesão de Cabo Verde a várias convenções internacionais proporcionou a elaboração de estudos e a actualização da informação.

O Livro Branco sobre o Estado do Ambiente está organizado em quatro partes. A **primeira parte** analisa o perfil de vulnerabilidade do país e fornece informações que permitem enquadrar as actividades da sociedade cabo-verdiana dentro do seu ambiente natural. A **segunda parte** analisa os recursos (terra, recursos hídricos, biodiversidade, ar e atmosfera) e os programas de gestão integrada em implementação e/ou previstos, visando uma gestão sustentável. Na **terceira parte** apresenta-se a interacção entre os diferentes sectores e o ambiente. A **quarta parte** descreve os aspectos legais e institucionais ligados à gestão do ambiente e os ganhos alcançados no quadro da elaboração do PANA -II. A visão estratégica e os mecanismos de implementação e de monitorização merecem uma atenção particular. Em cada um dos capítulos, apresenta-se uma análise, quantitativa e qualitativa do estado do ambiente, as pressões e os problemas existentes, bem como as medidas, adoptadas e previstas.

2 - Perfil de Vulnerabilidade de Cabo Verde

Cabo Verde é um país constituído por dez ilhas e treze ilhéus, situado a cerca de 450 km do Senegal. Tem uma área emersa de 4033 km² e uma Zona Económica Exclusiva estimada em 700 mil km². A população, num total de 434.625 habitantes e uma densidade de 108 habitantes/km², é muito jovem (42% é inferior a 14 anos); concentra-se em 54% nas áreas urbanas e apresenta uma taxa de crescimento de 2,4%. O clima é do tipo subtropical árido, atingindo a humidade valores abaixo dos 10%. Caracteriza-se por uma curta estação das chuvas, de Julho a Outubro, e por precipitações por vezes torrenciais e muito mal distribuídas no espaço e no tempo.

A precipitação média anual, de 225 mm, tende a baixar desde a década de sessenta do século passado, com reflexos negativos nas condições de exploração agrícola, e no abastecimento de água. Cerca de 20% da água de

precipitação perde-se através de escoamento superficial, 13% infiltra-se recarregando os aquíferos e a maior parte perde-se por evaporação.

Os solos são, na sua grande maioria, esqueléticos e pobres em matéria orgânica. Apenas 10% das terras emersas são, potencialmente aráveis; destas, 95% vêm sendo ocupadas pela agricultura de sequeiro e os restantes 5% pela agricultura de regadio (PAIS do sector Ambiente e Agricultura, Silvicultura e Pecuária). Cabo Verde é um país ecologicamente frágil e de fracos recursos naturais. Não tem recursos minerais que possam contribuir para o desenvolvimento de actividades industriais e as condições agro-ecológicas condicionam a agricultura, impossibilitando a cobertura da demanda alimentar da população.

A pesca é uma das poucas actividades económicas baseadas nos recursos naturais de que provém produtos de qualidade para exportação ainda que em pequena escala. O turismo internacional, em particular o ecoturismo, é uma segunda actividade económica baseada na grande diversidade paisagística das ilhas, ilhéus e mar territorial.

Cabo Verde é um país vulnerável aos fenómenos naturais, particularmente as secas, as actividades antrópicas, que têm como consequência a alteração dos microclimas, a desertificação, as chuvas torrenciais. O facto do país ser de origem vulcânica, com um vulcão activo e dominado por ecossistemas de montanha, aumenta ainda mais a vulnerabilidade. Os períodos cíclicos de secas alternadas com cheias têm sido as principais causas de perdas económicas, degradação ambiental e problemas sócio-económicos.

A satisfação das necessidades básicas do homem exige orientações estratégicas de aproveitamento bem definidas e uma exploração sustentável dos recursos naturais a favor do desenvolvimento das actividades económicas.

3 - O Estado das Terras

Como a maior parte dos estados insulares, Cabo Verde é um pequeno Estado, frágil do ponto de vista ecológico, com um ambiente terrestre sujeito a muita pressão. As dez ilhas e treze ilhéus, ocupam uma superfície total de 4.033 Km². A ilha de Santa Luzia e os ilhéus (não habitados) ocupam cerca de 46 Km².

O solo, o subsolo, as rochas, as zonas costeiras, praias, bem como a vegetação, são os elementos que constituem o ambiente terrestre em Cabo Verde. Com uma população estimada em 435.000 habitantes, a densidade da população é superior a 100 habitantes/Km², taxa considerada elevada para um país de características áridas. Tendo em conta a taxa de urbanização do país e a superfície produtiva acessível (incluindo áreas com vocação pastoril), a pressão sobre as terras é de 163 habitantes/Km² o que é considerado muito alto.

Sendo Cabo Verde pobre em recursos naturais, nota-se uma pressão cada vez mais forte sobre as suas terras, tanto as cultiváveis de sequeiro e de regadio, como as terras de pastagens, perímetros florestais, terras de urbanização e a orla costeira.

4 - O Estado da Biodiversidade

A biodiversidade de Cabo Verde é pobre quando comparada com a dos outros arquipélago da Macaronésia. É representada, na sua maioria, pelas plantas e pelos animais que directa ou indirectamente foram introduzidos pelo Homem.

A flora vascular de Cabo Verde está representada por 755 *taxa* espontâneos (Duarte, 1998). A acção humana teve sempre um grande impacto na composição da flora das ilhas. Mais de 50% da flora Cabo-verdiana (331 *taxa*) foi, provavelmente, introduzida pelo Homem. A flora indígena está representada por 224 espécies, das quais 85 são actualmente aceites como endémicas de Cabo Verde. Como reflexo da situação geográfica do arquipélago, a flora de Cabo Verde engloba na sua composição elementos de floras de diversas regiões, das quais as mais representadas são a região florística Macaronésica (Canárias, Madeira e Açores) e os países africanos (Senegal, Gâmbia, Mauritânia e Marrocos).

A diversidade biológica cabo-verdiana é constituída por diversos tipos de organismos vivos, nomeadamente algas, plantas, animais, líquenes e fungos. As plantas identificadas classificam-se em Angiospérmicas, Gimnospérmicas (apenas existem espécies introduzidas), Pteridófitas e Briófitas. Os animais mais conhecidos representam as classes de vertebrados, sendo mais representativas as classes de peixes, aves e répteis. Os mamíferos e os anfíbios selvagens estão representados, no meio marinho, pelas baleias e pelos golfinhos e no meio terrestre, respectivamente por 1 espécie de macaco-verde (*Cercopithecus aethiops*), por 5 espécies de morcego e 1 espécie de sapo (*Bufo regularis*), todas introduzidas. Em relação aos invertebrados, merecem realce os recifes coralinos, os moluscos (gastrópodes, lamelibrânquios e cefalópodes), os crustáceos (camarões, caranguejos, percebes e lagostas) os artrópodes, representados pelos insectos, aracnídeos e crustáceos de água doce (todos extintos) e os moluscos extramarinhos de água doce e das zonas mais húmidas.

As pressões que se exercem directa ou indirectamente sobre a biodiversidade terrestre e marinha são fundamentalmente de natureza antropogénica. A actuação humana sobre os recursos biológicos transforma-se em pressão quando a sua utilização se faz de uma forma insustentável, ou seja, a exploração do recurso ultrapassa a sua capacidade de regeneração.

As acções ou pressões de natureza antrópicas exercem-se de forma directa ou indirecta. As directas consistem na depredação da biodiversidade terrestre ou marinha para fins alimentares e/ou comerciais e na colheita insustentável de materiais biológicos para fins científicos. As indirectas actuam sobre o substrato ou o *habitat* das espécies ou populações de espécies.

A depredação da biodiversidade vegetal e animal tem-se manifestado de várias maneiras: através do pastoreio livre, assumindo neste processo o gado caprino e bovino as maiores acções na devastação do coberto vegetal e na degradação de *habitats* de espécies; caça aos animais; exploração de lenha e colheita de espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas. A percepção do estado de degradação

dos recursos biológicos pelo Governo está reflectida na Lei de Bases do Ambiente que contempla a “*preservação da fauna e flora de Cabo Verde*”, e pela publicação de alguns Decretos Regulamentares.

Não obstante as medidas acima mencionadas, a degradação da biodiversidade cabo-verdiana continua de forma acelerada. Esse grau de degradação está evidenciado em diversos documentos já produzidos, nomeadamente a “*Primeira Lista Vermelha de Cabo Verde*”. Encontram-se ameaçadas mais de 26% das angiospérmicas, mais de 40% das briófitas, mais de 65% das pteridófitas e mais de 29% dos líquenes” mais de 47% das aves, 25% dos répteis terrestres, 64% dos coleópteros, mais de 57% dos aracnídeos e mais de 59% dos moluscos terrestres. Esta situação considerada alarmante em 1996, vem-se agravando para as espécies *Alauda razae* (Calhandra-do-Ilhéu-Raso), cujo efectivo populacional sofreu uma redução de 250 exemplares em 1992 para 92 exemplares em 1998, *Himantopus himantopus* (Perna-longa), cuja população, avaliada em 75 exemplares em 1990, sofreu no período de 5 anos uma redução de cerca de 70% (Hazevoet, 1999).

A vulnerabilidade das espécies marinhas cabo-verdianas, sobretudo as das zonas costeiras, tem aumentado, apesar da existência de medidas legislativas no sentido de se minimizar a pressão sobre elas e os seus *habitats*. Não obstante a adopção dessas medidas, o meio marinho tem experimentado mudanças como resultado do aumento de pressão das capturas de espécies comerciais, da extracção de areias e da deposição de sedimentos nas zonas litorais como resultado das actividades realizadas no interior das ilhas.

Os Planos Ambientais Inter-sectoriais da Biodiversidade e das Pescas, elaborados de forma participativa, e os Planos Estratégicos (Plano de Gestão dos Recursos da Pesca e Plano Estratégico para o Desenvolvimento Agrícola) de gestão dos recursos da pesca e de desenvolvimento da agricultura, são os instrumentos de gestão da biodiversidade, capazes de contribuir para uma gestão optimizada dos recursos biológicos através dos programas e projectos neles previstos, que já se encontram na fase de implementação.

Para além disso Cabo Verde assinou e ratificou a Convenção Internacional sobre a Biodiversidade, e em 2002 e 2003 foram publicadas as leis sobre “Espaços naturais Protegidos” e sobre a “Protecção de espécies de plantas e animais”.

5 - O Estado do Ar e da Atmosfera

Pode-se afirmar que, no que diz respeito à poluição da atmosfera em Cabo Verde, a acção do homem ainda não é preocupante. A principal fonte de poluição do ar e da atmosfera em Cabo Verde é a combustão dos carburantes fósseis. Estes incluem os derivados de petróleo e em menor extensão o gás natural.

O carvão e a lenha são utilizados consideravelmente nas zonas rurais, onde poluem o ar libertando partículas de fumo, fuligem e poluentes químicos ricos em composto de enxofre. Se compararmos Cabo Verde com os outros países da região durante o ano 1994 o nível de emissão de gases com efeito estufa está abaixo de Marrocos (1.740 kg/média por cidadão) e do Senegal (1.900kg/média por cidadão).

6 - O Estado dos Recursos Hídricos

As águas naturais destinam-se a vários fins, tais como o abastecimento de populações, fins industriais, fins agropecuários e outros pelo que é necessário haver um adequado planeamento da utilização dos recursos hídricos de modo a satisfazer a estas múltiplas finalidades. Em Cabo Verde, o aumento da população, o desenvolvimento urbanístico e o crescente aumento das necessidades para irrigação, o turismo e a indústria, aliados à seca dos últimos anos, têm proporcionado situações de carência, que tendem a agravar-se com o tempo. A água funciona como um recurso, tanto pela quantidade como pela qualidade, condicionante do desenvolvimento económico e do bem-estar social de Cabo Verde.

Os actuais problemas que se levantam no domínio dos recursos hídricos impõem a necessidade de se procurar evitar que a crescente escassez de água possa constituir um obstáculo ao desejável desenvolvimento sócio-económico. A par da procura crescente de formas de mobilizar novos recursos, deve-se identificar todos os meios possíveis de racionalizar a utilização da água, de forma a se obter o máximo de benefício para todos os cabo-verdianos.

O mar constitui igualmente um importante recurso, tendo um número enorme de actividades dele dependente, nomeadamente a pesca, a navegação, a extracção do sal, o turismo, etc. A dessalinização da água do mar vem ganhando uma importância cada vez maior, como alternativa de fornecimento de água às populações para uso doméstico e outros usos.

Urge adoptar uma adequada política de gestão que vise, não só, um melhor aproveitamento da água disponível, mas também, um criterioso planeamento da utilização e o reconhecimento da importância da água como factor de produção nos diversos sectores de actividade económica e social.

Assim, foi elaborado em 2003, o Plano Ambiental Intersectorial - Ambiente e Gestão de Recursos Hídricos no âmbito do PANA II. Este plano fez um diagnóstico do sector, nas suas diversas vertentes, tendo identificado as prioridades de intervenção e elaborados os programas e projectos, para fazer face aos problemas identificados. As acções identificadas no PAIS possuem uma forte componente participativa e promovem a responsabilização de todos os actores e instituições envolvidos.

7 - Inter-relação Sectores e Ambiente

Ordenamento do Território

O Governo assume claramente nas Grandes Opções do Plano que a problemática do ordenamento do território, do desenvolvimento regional e da sustentabilidade ambiental constitui a dimensão central de todo o processo de desenvolvimento do país que se pretende sustentável, equilibrado e harmonioso, ao definir que pretendemos construir, *um país dotado de um desenvolvimento humano durável, com um desenvolvimento regional equilibrado, sentido estético e ambiental, baseado numa consciência ecológica desenvolvida.*

Para funcionarem como um sistema urbano consequente, as zonas urbanas do país, carecem de uma hierarquização e da dotação de equipamentos, infra-estruturas e serviços urbanos para se configurarem como espaços de vivência humana harmoniosa e potenciadores de um desenvolvimento económico e social sustentável.

Os espaços rurais e as bacias hidrográficas carecem de um ordenamento eficiente e de dotação de infra-estruturas que permitam um equilíbrio eficiente entre as populações e as actividades humanas, utilização eficiente dos recursos, particularmente dos recursos hídricos e dos solos, libertando e maximizando as suas potencialidades, com vista a um desenvolvimento sustentável e capaz de contribuir para a luta contra pobreza.

As zonas costeiras, sendo caracterizadas como portadoras de enormes potencialidades, mas também de acentuadas fragilidades, requerem uma atenção especial em termos de ordenamento, para que a sua utilização ao serviço do desenvolvimento não engendre situações de excessiva pressão e degradação ambiental e ecológica.

O desenvolvimento do turismo, particularmente nas zonas turísticas especiais, pode provocar uma grande pressão sobre o território e os recursos naturais, particularmente dos recursos hídricos, pelo que é imperioso que os grandes empreendimentos turísticos sejam precedidos da elaboração de planos de ordenamento e urbanísticos e de Estudos de Impacte Ambiental.

O Desenvolvimento industrial, deve respeitar o ambiente, não exercer pressão excessiva sobre os recursos naturais e as matérias-primas e evitar a excessiva poluição atmosférica e dos meios receptores (solo e água). As infra-estruturas, a Construção Civil e as Obras Públicas devem respeitar o território, o ambiente, a envolvente paisagística, os recursos naturais, os materiais de construção, os valores culturais, os ecossistemas e a biodiversidade e, como tal, ser objecto de estudo de EIA.

Os transportes rodoviários devem ser, por um lado, menos poluentes possíveis (sonora e ambiental) e respeitadores da vida humana, como principal recurso nacional. Por outro lado, a gestão das infra-estruturas rodoviárias deve ser a mais eficiente possível, zelando pela sua conservação, salvaguardo e protegendo-as dos acidentes de viação.

Para fazer face a esses problemas encontra-se em implementação os seguintes programas:

- Elaboração da Lei sobre o Uso dos Solos e o Código das Expropriações;
- Formação e Capacitação profissional em cartografia e cadastro;
- Dotação de principais Equipamentos e operacionalização da sala de Fotogrametria;
- Reabilitação e modernização da rede geodésica nacional;
- Produção de cartografia digital; e
- Elaboração de Planos de Ordenamento do Território.

Agricultura, Silvicultura e Pecuária

Os problemas identificados nos sectores da agricultura, silvicultura e pecuária foram:

- Seca prolongada; fraca disponibilidade de terras irrigáveis; défice de recursos hídricos; exploração descontrolada dos pontos de água; erosão de solos; monocultura de cana; perda da biodiversidade; gestão deficiente dos recursos hídricos; mau controlo no uso de pesticidas; controlo fitossanitário ineficaz; ataques de pragas e doenças; extracção de inertes para construção civil; intrusão salina.
- Inexistência de modelos de gestão dos perímetros adequados à nossa realidade; gestão deficiente dos perímetros florestais; auto-consumo elevado de combustíveis lenhosos; deficiente fiscalização dos perímetros; fraca disponibilidade das variedades de sementes de espécies florestais e forrageiras adaptadas às condições edafo-climáticas; fraca capacidade de inspecção sanitária fitossanitária; recursos humanos insuficientes; inexistência de programas sistemáticos de sensibilização/informação/formação em matérias ambientais.
- Sobre-pastoreio; défice forrageiro; deficiente assistência zootécnica; inexistência de lei de pecuária; número reduzido de infra-estruturas pecuárias de base para criação animal; gestão inadequado do sector da pecuária;
- Pressão demográfica; êxodo rural; fraco envolvimento dos utentes; parcelamento excessivo; não actualização do cadastro rural; difícil acesso ao crédito; fiabilidade de informação.

A maioria dos problemas identificados está interligada e manifestam uma interdependência em que alguns deles podem ser fontes de conflito na procura de maior eficiência dos sub-sectores. Esses conflitos situam à volta dos recursos que são escassos, ao excessivo parcelamento das terras devido a indefinição das parcelas provocada pela ausência dos proprietários, a não actualização do cadastro rural, e no que tange a pressão demográfica e uso do solo, nota-se uma invasão da urbanização das terras agrícolas e dos perímetros florestais.

A agricultura, silvicultura e pecuária entram em concorrência na utilização dos recursos (solo e água), de tal forma que as soluções encontradas para uma, muitas vezes, entram em choque com um ou outro dos sub-sectores.

Para atingir a visão determinada para o sector da agricultura, silvicultura e pecuária que é “*uma agricultura sustentável, assente no ordenamento das bacias hidrográficas e valorização dos recursos naturais e suas capacidades produtivas, e orientada para a diminuição da pobreza e satisfação das necessidades alimentares básicas das populações*” estão em curso os seguintes projectos:

Na agricultura:

- i) Reconversão da agricultura de sequeiro;

ii) Diversificação de culturas;

iii) Multiplicação in vitro de Plantas livres de vírus;

iv) Gestão de pesticidas;

v) Eliminação de pesticidas obsoletos;

vi) Inventariarização de infra-estruturas hidráulicas de engenharia rural.

Na silvicultura:

i) Protecção dos recursos naturais da ilha do fogo;

ii) Realização do inventário dos perímetros florestais;

iii) Elaboração de uma estratégia nacional de gestão participativa das zonas florestadas;

iv) Criação de um centro de sementes florestais.

Na pecuária:

i) Vigilância epidemiológica e controle sanitário;

ii) Elaboração da 2ª fase do cadastro pecuário nacional;

iii) Elaboração de um plano de gestão dos perímetros florestais de vocação agrosilvopastoricias;

iv) Melhoramento da suinocultura tradicional e relançamento da suinocultura intensiva; e

v) Melhoramento da produção forrageira.

Pescas

As prioridades estão orientadas para uma gestão racional dos recursos haliêuticos, e a promoção da qualidade dos produtos. A formação e a capacitação dos operadores da pesca, a todos os níveis, constituem também, uma prioridade do sector, devendo as acções serem orientadas para a promoção de um maior conhecimento dos processos naturais e humanos e um adequado ordenamento da orla costeira, possibilitando a maximização dos resultados com base numa exploração sustentável das potencialidades.

O Plano de Gestão das Pescas, elaborado no âmbito do PANA II, e que se encontra em curso, introduz uma série de medidas concretas a tomar e identifica os dados de base pertinentes a utilizar, no sentido de se atingir a visão determinada para o sector que é “**uma pesca com um desenvolvimento sócio - económico integrado baseado nos princípios de sustentabilidade da conservação e gestão dos recursos marinhos**”.

Turismo

Nesse sector foram identificados como problemas prioritários o tratamento dos resíduos sólidos e líquidos e a degradação das zonas costeiras (provocada pela construção de instalações turísticas sobre o litoral, bem como a apanha da areia) que poderá levar a perda de grande parte da beleza original das zonas.

Neste sentido, o Governo tem como orientações estratégicas:

- a) Assunção do turismo como eixo central do desenvolvimento nacional e a estratégia a ser

desenvolvida deve contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento económico do país, devendo

- b) Contribuir para o equilíbrio das relações económicas com o exterior, gerar meios para o seu auto-financiamento, promover o emprego e a qualificação da mão-de-obra nacional, desenvolver-se em harmonia com as condições naturais do país, contribuir para o desenvolvimento local e regional, e, acima de tudo, respeitar a cultura cabo-verdiana e o ambiente.

Para além disso as políticas energéticas, de saúde pública e de recursos hídricos devem, na sua formulação e execução, ter em conta as necessidades do desenvolvimento turístico, devendo o Governo diversificar a oferta dos produtos turísticos nacionais e desenvolver maior esforço promocional do eco-turismo, tanto balnear como de montanha, com incidência para os desportos náuticos, passeios no mar, observação de espécies raras, turismo de natureza (flora, fauna), caminhadas, montadas e turismo no espaço rural.

Para um **“turismo de qualidade, adaptado às condições específicas de Cabo Verde, que valorize o produto nacional e funcione como um dos vectores de desenvolvimento sócio-económico do país”** que o objectivo do sector vários programas já se encontram em curso nomeadamente: adequação da legislação turística, planificação e infra-estruturação básica, Elaboração e Implementação dos Planos de Desenvolvimento Turístico Integral do Maio e Boavista, Criação e implementação de sociedades de desenvolvimento turístico para infra-estruturação e gestão de ZDTI e educação e formação profissional de guias turísticos, hotelaria e restauração.

Energia

Os principais problemas estão relacionados com as pressões que a utilização de fontes de energia não renováveis exercem sobre o ambiente, através da poluição do ar devido a emissão de gases resultantes da queima da lenha e outras biomassas, derivados do petróleo, derrame de óleo e carvão.

Os conflitos mais marcantes são aqueles que existem no mundo rural entre as necessidades energéticas e as de conservação do ambiente (florestas, solo e água), levando a degradação florestal, a erosão dos solos, má utilização dos recursos hídricos e práticas inadequadas no consumo de energias domésticas.

Comércio

Os conflitos existentes nesse sector prendem-se com a poluição ambiental provocado pela enorme quantidade de embalagens versus a fraca capacidade de reciclagem que é praticamente inexistente no país. A falta de sensibilização dos consumidores e dos comerciantes e a inexistência de uma colecta e depósito selectiva de lixo tem contribuído para a degradação ambiental resultante da actividade comercial

A localização de reservatórios e de armazéns em locais que pode, influenciar negativamente a natureza e a qualidade de vida da população deve ser equacionada numa visão a longo prazo para o convívio mais saudável entre o homem e a natureza.

Perspectiva-se a adequação e actualização da legislação comercial e a sua regulamentação no sentido de incluir exigências de protecção ambiental e vistoria e fiscalização comercial composta por uma comissão integrada pelo Comercio, Ambiente e Saúde.

Industria

O fraco desenvolvimento industrial e a reduzida motorização fazem com que o sector, não seja ainda responsável por elevados efeitos ambientais negativos a nível global ou mesmo a nível regional. Neste sector os problemas prendem-se com a deposição indevida de resíduos o que faz com que possa existir contaminações de alguns terrenos contíguos a espaços industriais, e verifica-se que as empresas de produção de inertes são as grandes poluidoras, constituindo-se no entanto as oficinas de reparação automóvel as maiores poluidoras em termos de poluição sonora.

Assim, estão em curso projectos de: actualização da legislação do sector industrial, com vista a eliminação dos problemas relacionados com classificação das actividades económicas e criação de um “Código Industrial”, implementação de novo modelo de infra-estruturação e gestão de parques industriais

Saúde

Cabo Verde, como país que ainda se encontra no seu processo de transição epidemiológica, caracterizado pela prevalência em simultâneo de doenças típicas de países desenvolvidos (sobretudo as doenças crónico-degenerativas) e de doenças típicas de países menos desenvolvidos, como são as Infecciosas e Parasitárias, ainda enfrenta dificuldades originadas por deficiências na infra-estruturação em saneamento básico, por comportamentos, atitudes e práticas das populações que demonstram carências na informação e educação viradas para a defesa do ambiente e para a promoção e protecção da saúde, situações agravadas por um importante êxodo rural para os centros urbanos.

Este quadro tem contribuído para que o país ainda mantenha uma vulnerabilidade importante relativamente a muitas doenças de origem ambiental e com potencial epidémico, como demonstram, por exemplo, as recentes epidemias de cólera, de diarreia com sangue e de paludismo.

Assim, encontra-se em andamento o programa de reforço da vigilância epidemiológica das doenças ambientais, que consiste na formação dos técnicos de saúde, equipamento dos laboratórios e definição de um programa de Informação, Educação e Comunicação para as doenças de potencial epidémico.

Educação

Este sector determinou como visão “uma população formada, informada e comprometida com o ambiente e o desenvolvimento sustentável”. Para que essa visão seja alcançada torna-se necessário a criação de um sistema

intersectorial de educação com suficiente flexibilidade para integrar inovações técnicas e didácticas adequadas à sensibilização ambiental e ainda, o estabelecimento de um diálogo intersectorial como instrumento útil na definição de prioridades e planificação dos projectos e actividades da educação e sensibilização ambiental.

A Educação Ambiental em Cabo Verde tem-se restringido a projectos de duração limitada e a actividades pontuais tanto no ensino formal como no não formal. Assim, no âmbito do PAIS – Educação e Ambiente, sugerem-se planos de acção para os diferentes níveis de ensino para o formal e o não formal que serão implementados, num horizonte de 10 anos, à medida que forem criadas as condições institucionais que permitam a sua execução.

8 - Gestão Ambiental

A Gestão Ambiental compreende a direcção, a condução e o controle pelo Governo, do uso dos bens ambientais de acordo com a capacidade de suporte do meio. A gestão faz-se através de instrumentos e inclui medidas económicas, regulamentos e normalização, investimentos e financiamentos e requisitos institucionais e legais.

Em Novembro de 2004 foi aprovado em conselho de ministros o PANA II, que é o instrumento orientador que define a estratégia nacional para o ambiente nos próximos 10 anos, servindo de base de trabalho aos diversos sectores que directa ou indirectamente relacionam-se com as questões ambientais, permitindo-os desenvolver de forma harmoniosa garantindo um ambiente sadio.

Em Cabo Verde intervêm na gestão ambiental as seguintes instituições:

- Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas que tutela a área, através das Direcções Gerais do Ambiente, da Agricultura Silvicultura e Pecuária, e das Pescas
- Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas
- Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário
- Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos
- Ministério dos Infra-estruturas e Transportes, através da Direcção Geral do Ordenamento do Território e Habitat, Direcção Geral das Infra-estruturas e Saneamento Básico e Direcção Geral da Marinha e Portos
- Ministério da Economia Crescimento e Competitividade, através das Direcções Gerais da Indústria e Energia e do Comércio.
- Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos
- As Câmaras Municipais
- As Organizações não Governamentais
- Instituições Públicas e Privadas.

O PANA II é constituído por nove planos intersectoriais e 17 planos municipais, onde estão espelhados os problemas ambientais prioritários de cada sector e de cada município, bem como os programas e projectos para fazer face aos mesmos.

Ainda fazem parte do PANA II, sete estudos temáticos de base sobre o estado físico, económico, social e legislativo. Os temas abordados foram: Impactes da Apanha e Extracção de Inertes em Cabo Verde, Métodos Alternativos ao Uso de Inertes, Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos, Plano de Gestão dos Recursos da Pesca, Sistema de Seguimento da Qualidade Ambiental, Impacto do PANA II sobre o Género e a Pobreza, e Legislação, Regulamentação e Instrumentos de Fiscalização e Gestão do Ambiente.

Foi elaborado uma Análise Institucional do Sector Ambiental para propor uma estrutura institucional apropriada a nível nacional e descentralizado, a ser responsável pela coordenação, monitorização e avaliação da implementação bem como a revisão das políticas ambientais.

Assim, a nível central a entidade coordenadora é a Direcção Geral do Ambiente, existindo igualmente o Comité de Gestão e Seguimento do PANAI, formado pelos Directores Gerais e Presidentes dos sectores implicados e ainda o Conselho Nacional do Ambiente que é um órgão consultivo da Ministra do Ambiente, Agricultura e Pescas. Em cada sector existe um ponto focal para o Ambiente.

A nível municipal, a implementação do PANA II é feito pelas Câmaras Municipais, através da Equipa Técnica Municipal Ambiental, tendo a Assembleia Municipal como órgão deliberativo e a Comissão Municipal de Parceiros como órgão consultivo.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Aristides Raimundo Lima*.